

A relação transatlântica em tempo de guerra

José Pedro Teixeira Fernandes | *Público* | 5 de dezembro de 2022

1. Há uma lição da História que os europeus deviam ter em mente. As guerras europeias do século XX foram boas para o poder dos Estados Unidos e más para a influência europeia no mundo. A Primeira Guerra Mundial foi, tal como a Segunda Guerra Mundial, largamente um conflito intra-europeu. A distância geográfica permitiu aos EUA resguardarem-se do conflito e manterem um lucrativo negócio de abastecimento dos aliados. A sua posterior participação numa fase tardia no conflito militar — em 1917 —, depois de as potências europeias terem já exaurido grande parte dos seus meios humanos e materiais, deu ao Presidente norte-americano da época, Woodrow Wilson, a primeira oportunidade de reorganizar a Europa sob a sua influência e de criar o que hoje chamamos a ordem internacional liberal. Acabou por não ocorrer assim devido às vicissitudes da política interna dos EUA: o Congresso, na época dominado pelo Partido Republicano, recusou a Woodrow Wilson a ratificação do tratado que permitiria fazer parte da Sociedade das Nações (SdN). O que aconteceu com a Segunda Guerra Mundial é ainda mais óbvio. O brutal conflito militar desencadeado devido à ambição expansionista da Alemanha nazi deu aos EUA, sob a presidência de Franklin Roosevelt (e, após a sua morte em 1945, de Harry Truman), a possibilidade de domínio dos assuntos mundiais. Mais uma vez, a guerra na Europa e noutras partes do mundo foi extraordinariamente benéfica para a economia e poder político-militar dos EUA. Tornaram-se um fornecedor e um credor imprescindível dos aliados. Intervieram no conflito longe do seu território — apenas o Havai foi afectado por um ataque japonês — e as suas perdas humanas e militares foram muito inferiores às dos dois beligerantes maiores na Europa: Alemanha nazi e União Soviética.

2. A guerra voltou à Europa em inícios de 2022, com a invasão russa da Ucrânia em total desrespeito do Direito Internacional. A guerra lembra, de alguma forma, os já referidos conflitos intra-europeus do século passado (e também do século XIX). Mas lembra também como os maiores ganhadores podem ser não europeus. Essa dura realidade é cada vez mais palpável no caso da União Europeia. Pela proximidade geográfica do conflito, vulnerabilidade militar e tipo de resposta dada ao mesmo, os europeus suportam os custos mais elevados da guerra comparativamente aos EUA. Tais custos envolvem, desde logo, o acolhimento em massa dos refugiados ucranianos e uma drástica subida dos custos da energia que afecta a sua competitividade económica e bem-estar. Envolvem, também, a perspectiva de uma futura integração da Ucrânia como membro na União Europeia, com todo o esforço político, económico e financeiro que isso implicará, pelo menos se a promessa for cumprida. Todavia, os europeus não têm a correspondente influência nos acontecimentos político-militares, o que os fragiliza. Nenhum dos intervenientes directos na guerra — Rússia e Ucrânia — olha para a União Europeia como um poder decisivo para alterar o rumo dos acontecimentos. Se

há algo que ambos os beligerantes concordam é que esse poder está nos EUA, no caso da Ucrânia, e em parte na China, no caso da Rússia. Todavia, esta última, pelo menos até agora, não mostrou interesse em se envolver no conflito, nem em apoiar abertamente, nem em dissuadir a Rússia.

3. É inegável que o desencadear de um conflito militar em solo europeu deu um novo fôlego à NATO e à relação transatlântica. Mostrou aos europeus como esta continua a ser fundamental para a sua segurança, dadas as fragilidades intrínsecas do seu modelo de integração: muito *softpower*, pouco *hardpower*. No entanto, mostrou também aos europeus como persiste um desequilíbrio estrutural na relação transatlântica, que leva, frequentemente, a secundarizar os seus interesses específicos no mundo exterior. Neste contexto, falar no Ocidente como se fosse uma entidade política unificada e com interesses inteiramente convergentes é um equívoco. O Ocidente não é uma realidade politicamente homogênea, pois os EUA, a União Europeia (e o Japão, usualmente associado) têm interesses próprios. O que faz mover os norte-americanos é o seu interesse nacional e a manutenção da hegemonia global. Esses não são exactamente os interesses e motivações dos europeus. Seja qual for o Presidente dos EUA — e apesar de estilos muito diferentes —, a política externa do país é definida pelos seus interesses e objectivos no mundo, os quais, é verdade, frequentemente convergem com os dos europeus, mas não invulgarmente divergem também destes. É essa convergência, mas também divergência, que vemos a funcionar de novo no caso da Ucrânia, embora as matérias de divergência, compreensivelmente, tendam a não ser assumidas em público pelos governantes europeus, para não dar trunfos à Rússia.

4. Esperar que o aliado norte-americano vá prosseguir automaticamente os interesses europeus é uma ilusão. Com a invasão da Ucrânia, houve uma rápida (e em geral bem coordenada) reacção dos EUA e da União Europeia de incondicional apoio a esta e de condenação da Rússia. Muitos acreditaram que a relação transatlântica se tornou paritária. A convicção foi alimentada pelo já referido uso do termo “Ocidente”, muito ao gosto dos EUA. Por razões ideológicas e de conveniência, os europeus quiseram pensar que assim era. Donald Trump (ainda mais do que George W. Bush) tinha sido uma anomalia perturbadora da relação transatlântica que fazia parte do passado — o que é verdade, mas nunca foi a história toda. Agora, a Europa poderia continuar a viver, sem sobressaltos, a relação transatlântica que vinha do pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, os europeus criaram ilusões com a chegada de Joe Biden ao poder, tal como tinham criado com Barack Obama. (Este, apesar da retórica simpática pró-europeia, pouco se importou, na sua política externa, com a Europa). Têm dificuldade em ver que, sob uma linguagem cordial e superficialmente multilateralista, os EUA continuam o seu percurso de afastamento para a Ásia-Pacífico. Os sinais desse unilateralismo suave e transformação já existiam antes de a guerra voltar à Europa. No ano anterior, em 2021, os EUA retiraram-se do Afeganistão sem grande coordenação prévia com os aliados. Ainda nesse ano, o acordo AUKUS, através do qual os EUA e Reino Unido irão fornecer à Austrália submarinos movidos a energia nuclear, ignorou os interesses franceses e da União Europeia.

5. Para além da unidade na guerra, a coesão da relação transatlântica vai ter um teste no âmbito do comércio e da economia. A Lei de Redução da Inflação dos EUA, aprovada em Agosto de 2022, contém um potencial golpe na economia e nas indústrias europeias. Envolve enormes incentivos e subsídios à produção *made in USA*, seja nos investimentos e empregos ligados à transição energética para uma economia verde, seja noutros sectores e actividades. A combinação de uma ajuda maciça às empresas norte-americanas com os altos custos de energia na Europa — cerca de quatro vezes mais elevados do que nos EUA, no caso do gás natural — pode ser destrutiva para os europeus. A situação é irónica. Nos anos 1990, os norte-americanos, com Bill Clinton, pressionaram uma União Europeia bastante reticente devido ao seu modelo de Estado social e políticas económicas keynesianas, a abrir mais o seu mercado ao mundo em nome dos ideais do livre comércio e da globalização. Agora, os governantes dos EUA dizem aos europeus e ao mundo que o “livre comércio já não é o evangelho em Washington” (ver *In Washington, “free trade” is no longer gospel*, no *New York Times*, de 17 de Março de 2021). Quanto a Joe Biden, actua como um “proteccionista polido” que, embora sem a fúria e arrogância de Donald Trump, seguiu, em grande parte, a política do seu antecessor, metamorfoseando o *slogan America First* num *Made in America* (ver *Biden and trade at year one: the reign of polite protectionism*, no CATO Institute, de 26 de Abril de 2022). O facto de as suas políticas poderem prejudicar os europeus não parece ter sido uma preocupação nas decisões do Governo dos EUA. Seja como for, este unilateralismo económico egoísta está a causar preocupação e mal-estar na União Europeia (ver *Europe accuses US of profiting from war*, in *Politico*, 24/11/2022). Pode ser que tudo isto seja ainda concertado através de negociação, a bem da relação transatlântica. Em qualquer caso, há uma lição importante a tirar: a autonomia estratégica europeia tem de deixar de ser um *slogan* vazio para ser uma realidade substantiva. Se não for assim, a União Europeia vai dar-se muito mal no mundo que se desenha neste século XXI.

<https://www.publico.pt/2022/12/05/mundo/analise/relacao-transatlantica-tempo-guerra-2030310>